



**Simulado de Direito Constitucional: Direitos Políticos e Partidos Políticos
(Quadrix/CREF - 13ª Região (BA-SE)/2018)**

01) O voto tem por características o exercício direto, personalíssimo, obrigatório, livre, sigiloso, igualitário e periódico.

Comentário:

Características do Voto no Brasil	
Direto	O cidadão vota sem precisar de um terceiro intermediário.
Personalíssimo	O voto é do cidadão em si, não podendo ser dado a outro cidadão para votar.
Obrigatório	O voto é obrigatório aos cidadãos maiores de 18 anos e menores de 70 anos , sendo facultativo aos menores de 18 e maiores de 16 , além dos analfabetos .
Livre	O cidadão pode votar em quem quiser ou pode deixar em branco ou anular o voto.
Sigiloso	O voto é secreto , evitando assim o suborno e a prática do voto de cabresto .
Igualitário	O voto de um cidadão equiparado a outro é igual , tendo o mesmo peso .
Periódico	O voto é realizado em eleições periodicamente , normalmente de 2 em 2 anos .
OBS: O Voto Obrigatório não é Cláusula Pétrea , sendo Cláusula Pétrea apenas o voto direto, secreto, universal e periódico .	

Gabarito: Correto.

(NC-UFPR/Prefeitura de Curitiba - PR/2019)

02) A Constituição brasileira estabelece expressamente o direito ao sufrágio universal como um direito fundamental.

Comentário:

O Art. 14. da CF/88. que trata dos **Direitos Políticos** faz parte dos **Direitos e Garantias Fundamentais**.

Art. 14. A **soberania popular** será exercida pelo **sufrágio universal** e pelo voto **direto** e **secreto**, com valor **igual para todos**, e, nos termos da lei, mediante:

Gabarito: Correto.

(CESPE/PGE-PE/2019)

03) Direitos políticos ativos são os direitos políticos que permitem ao cidadão candidatar-se e receber votos para um cargo eletivo.

Comentário:

Direitos políticos **passivos** são os direitos políticos que permitem ao cidadão **candidatar-se e receber votos** para um **cargo eletivo**.

Direitos Políticos	
Direitos individuais que o cidadão possui para participar da vida política do Estado, podendo ser exercido: * Por voto ; * Por candidatura a cargo eletivo ; * Por ação popular ; * Por Iniciativa popular, Plebiscito e Referendo .	
Direito Político Ativo	Direito Político Passivo
Direito de Votar (Eleitor)	Direito de ser votado (Candidato à eleição)

Gabarito: Errado.

(CESPE/PRF/2019)

04) Policial rodoviário federal com mais de dez anos de serviço pode candidatar-se ao cargo de deputado federal, devendo, no caso de ser eleito, passar para inatividade a partir do ato de sua diplomação.

Comentário:

A Polícia Rodoviária Federal **não se submete à hierarquia militar**.

Polícia Rodoviária Federal
A Polícia Rodoviária Federal (PRF) é um órgão do Ministério da Justiça e faz parte do Poder Executivo Federal . Apesar de ser uma polícia ostensiva, uniformizada, não é militarizada , ou seja, não se submete à hierarquia militar . Sua principal atribuição é realizar a fiscalização e o policimento ostensivo das rodovias federais, mais conhecidas como BRs .



Fonte: <https://www1.prf.gov.br/portal/aceso-a-informacao/duvidas-frequentes>

CF/88. Art. 14. § 8º O **militar alistável** é **elegível**, atendidas as seguintes condições:

I - se contar **menos de dez anos** de serviço, deverá **afastar-se (definitivamente) da atividade**;

II - se contar **mais de dez anos** de serviço, será **agregado** pela **autoridade superior** e, se **eleito**, passará **automaticamente, no ato da diplomação**, para a **inatividade**.

Gabarito: Errado.

(Quadrix/CRN - 2º Região (RS)/2020)

05) Acerca dos direitos políticos, julgue o item.

A idade mínima exigida para cargos eletivos é aferida no momento da posse, não do registro.

Comentário:

Aferição da Idade Mínima Exigida	
Regra	Exceção
Na data da posse .	Quando a idade mínima for de dezoito anos , a data de aferição será na data-limite para o pedido do registro .

Sendo assim, candidato a Vereador que ainda não tenha feito 18 anos, terá que ter essa idade até a data-limite do registro.

Gabarito: Errado.

(CESPE/PGM - Campo Grande - MS/2019)

06) Situação hipotética: Carlos requereu o registro de sua candidatura para concorrer ao cargo de prefeito de município criado por desmembramento territorial de município cujo Poder Executivo é chefiado pelo seu irmão. Assertiva: Nesse caso, Carlos, por ser irmão do prefeito do município-mãe, é inelegível.

Comentário:

STF/ RE 158.314

E **inelegível** para o cargo de prefeito de município resultante de **desmembramento territorial** o **irmão do atual chefe do poder executivo do município-mãe**. O regime jurídico das inelegibilidades comporta interpretação construtiva dos preceitos que lhe compõem a estrutura normativa. Disso resulta a plena validade da exegese que, norteada por parâmetros axiológicos consagrados pela própria constituição, visa a impedir que se formem grupos hegemônicos nas instâncias políticas locais. O primado da ideia republicana - cujo fundamento ético-político repousa no exercício do regime democrático e no postulado da igualdade - rejeita qualquer prática que possa monopolizar o acesso aos mandatos eletivos e patrimonializar o poder governamental, comprometendo, desse modo, a legitimidade do processo eleitoral.

Gabarito: Correto.

(CESPE/TRE-GO/2015)

07) Em respeito à autonomia dos entes da Federação, a Constituição Federal autoriza a criação de partido político estadual, desde que seja feito o devido registro dos estatutos do partido no tribunal regional eleitoral correspondente no prazo legal.

Comentário:

CF/88. Art. 17. É livre a **criação, fusão, incorporação e extinção** de **partidos políticos**, resguardados a **soberania nacional**, o **regime democrático**, o **pluripartidarismo**, os **direitos fundamentais** da pessoa humana e observados os seguintes preceitos: Regulamento

I - **caráter nacional**;

II - **proibição** de recebimento de **recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros** ou de **subordinação a estes**;

III - **prestação de contas à Justiça Eleitoral**;

IV - **funcionamento parlamentar** de acordo com a lei.

Gabarito: Errado.

Materiais completos e amostras: <https://quebrandoquestoes.com/>



(CESPE/TRF - 1ª REGIÃO/2017)

08) Os partidos políticos possuem autonomia para definir sua estrutura interna, sua organização e seu funcionamento, sendo-lhes facultada a vinculação entre candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

Comentário:

CF/88. Art. 17. § 1º É assegurada aos **partidos políticos** autonomia para definir sua **estrutura interna** e estabelecer **regras** sobre **escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios** e sobre sua **organização e funcionamento** e para adotar os **critérios de escolha e o regime de suas coligações** nas eleições **majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação** entre as **candidaturas** em âmbito **nacional, estadual, distrital ou municipal**, devendo seus **estatutos** estabelecer normas de **disciplina e fidelidade partidária**.

Gabarito: Correto.

(Quadrix/CREF - 11ª Região (MS-MT)/2019)

09) Os partidos políticos possuem natureza jurídica de direito público e adquirem personalidade própria a partir de seu registro junto ao Tribunal Superior Eleitoral.

Comentário:

CF/88. Art. 17. § 2º Os **partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica**, na forma da **lei civil, registrarão** seus **estatutos** no Tribunal Superior Eleitoral.

Lei 9.096/95. Art. 1º. O **partido político, pessoa jurídica de direito privado**, destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal.

Gabarito: Errado.

(CESPE/TCE-PE/2017)

10) A liberdade de criação de partidos políticos é um direito constitucional, o que impede que normas estabeleçam controle quantitativo e qualitativo sobre eles.

Comentário:

STF/ADI 5.311 MC

A Constituição da República assegura a **livre criação, fusão e incorporação de partidos políticos**. Liberdade **não é absoluta**, condicionando-se aos **princípios do sistema democrático-representativo e do pluripartidarismo**. **São constitucionais as normas que fortalecem o controle quantitativo e qualitativo dos partidos, sem afronta ao princípio da igualdade ou qualquer ingerência em seu funcionamento interno**. O requisito constitucional do caráter nacional dos partidos políticos objetiva impedir a proliferação de agremiações sem expressão política, que podem atuar como "legendas de aluguel", fraudando a representação, base do regime democrático.

Gabarito: Errado.